

HABEAS CORPUS Nº 500.487 - RJ (2019/0083984-9)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES E
OUTROS
ADVOGADOS : FERNANDO AUGUSTO HENRIQUES FERNANDES -
RJ108329
RAFAELA AZEVEDO DE OTERO - RJ173582
RODRIGO JOSÉ DOS SANTOS AMARAL - RJ204322
BRENO DE CARVALHO MONTEIRO - RJ214580
BRUNO DE SOUZA MACHADO - RJ223151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : DANIEL GOMES DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de DANIEL GOMES DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *writ* de origem.

Na data em que foi recebida a denúncia, em 12/12/2018, na qual foram denunciadas 22 pessoas, o recorrente teve a prisão preventiva decretada pela prática dos delitos tipificados nos seguintes dispositivos: art. 2º, § 4º, II, da Lei 12.850/13; art. 312, 2ª parte, c.c. os arts. 29 e 30 (82 vezes, todos na forma do art. 71); art. 312, 2ª parte, c.c. os arts. 29 e 30 (49 vezes, todos na forma do art. 71); art. 312, 2ª parte, c.c. os arts. 29 e 30 (111 vezes, todos na forma do art. 71); art. 312, 2ª parte, c.c. os arts. 29 e 30 (46 vezes, todos na forma do art. 71); art. 312, 2ª parte, c.c. o art. 29 (110 vezes, ambos na forma do art. 71); art. 312, 2ª parte, c.c. o art. 29 (60 vezes, ambos na forma do art. 71) e art. 312, 2ª parte, c.c. o art. 29 (105 vezes, ambos na forma do art. 71), todos do Código Penal; arts. 1º, *caput*, da Lei 9.613/98 (73 vezes, na forma do art. 71 do Código Penal) e 1º, *caput*, da Lei 9.613/98 (13 vezes, tudo na forma do art. 71 do Código Penal), tudo na forma dos arts. 62, I, e 69 do estatuto repressivo (fls. 83-98).

O impetrante argumenta, em suma, a ausência dos requisitos do art. 312 do CPP, requerendo a revogação da prisão preventiva ou a sua substituição pelas medidas cautelares previstas no art. 319 da mesma lei processual.

Entretanto, conforme consulta ao banco de dados desta Corte Superior, verifica-se que a impetração tem a mesma pretensão, com iguais teses, e impugna o mesmo acórdão do RHC 111.581/RJ, o qual já está concluso para julgamento.

Dessa forma, constatada a existência da via processual própria, não subsiste razão para prosseguimento do *writ*.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

